A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Autor(res)

Luana Da Silva Dias
Claudia Rosane Moreira Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SOBRAL

Introdução

A Educação Integral pode desempenhar um papel importante como política pública no combate à criminalidade. Segundo Melo et al. (2015), acredita-se que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da cidadania. Combater a violência e criminalidade no país requer políticas públicas que promovam a dignidade humana e a cidadania, motivando as pessoas a respeitar as normas éticas da sociedade (ARANÃO, 2008).

Segundo Mira y Lopes (2021), a ocorrência de crimes resulta da interação entre dois elementos fundamentais: o indivíduo que comete o crime e o contexto social em que ele está inserido. Há uma série de pesquisas que evidenciam a relação entre a vulnerabilidade social dos jovens latino-americanos e a violência (Rubio, 1997; Castro e Abramovay, 2002; Waiselfisz, 1998). Com isso, o investimento em Educação Integral, surge como uma potêncial solução para a redução da criminalidade no país, principalmente em localizades com consideráveis índices de delitos.

Objetivo

Analisar o impacto da Educação Integral como política pública no combate à criminalidade.

Objetivos Específicos
Investigar a relação entre a implementação de um programa de Educação Integral e a redução da criminalidade;

Avaliar o papel da Educação Integral na promoção de oportunidades e alternativas positivas para os jovens, visando evitar o envolvimento com atividades criminosas.

Material e Métodos

O método utilizado nesta pesquisa será o estudo de caso. O estudo de caso é um método de pesquisa que se concentra em examinar um fenômeno em seu contexto natural, permitindo uma compreensão aprofundada das características, processos e relações envolvidas. O estudo investigou a relação entre a implementação da educação integral como política pública e sua influência na redução da criminalidade em um contexto específico. Os participantes do estudo incluíram moradores de um bairro com altos índices de violência na cidade de Sobral,

alunos de escolas locais, professores que atuam nas escolas de tempo integral e gestores escolares.

Resultados e Discussão

Primeiramente, a análise da relação entre a implementação de programas de Educação Integral e a redução da criminalidade revelou que a presença de oportunidades educacionais mais abrangentes estava correlacionada com uma diminuição nas taxas de infrações criminais.

Além disso, ao avaliar o papel da Educação Integral na promoção de oportunidades positivas para os jovens, a pesquisa demonstrou que programas educacionais abrangentes oferecem alternativas construtivas, como atividades extracurriculares e programas de orientação, que desencorajam os jovens a se envolverem em comportamentos criminosos.

A pesquisa também apontou para a eficácia da Educação Integral como uma política pública no combate à criminalidade. Além disso, os benefícios sociais e econômicos associados à implementação bem-sucedida de programas de Educação Integral foram destacados. Isso inclui a redução dos custos associados ao sistema de justiça criminal e o aumento do capital humano na sociedade.

Conclusão

A pesquisa demonstra que a Educação Integral desempenha um papel essencial na redução da criminalidade, principalmente entre os jovens, ao oferecer oportunidades educacionais abrangentes e desenvolver habilidades socioemocionais. Essa abordagem não apenas beneficia a segurança da sociedade, mas também tem implicações econômicas positivas. Portanto, a Educação Integral é uma política eficaz na prevenção do crime, com potencial para criar comunidades mais seguras e resilientes.

Referências

AARANÃO, Adriano. Estado democrático de direito, criminalidade e violência: o desrespeito aos direitos fundamentais e o papel da educação. Argumenta Journal Law, v. 8, n. 8, p. 215-231, 2008.

Abramovay, M., Castro, M.G., Pinheiro, L.D.C., Lima, F.D.S. and Martinelli, C.D.C., 2002. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.

Mira Y Lópes, E. (2021). Manual de psicologia jurídica. Campinas, SP: Editora Edijur

WAISELFISZ, J. Mapa da violência : os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Unesco; Instituto Ayrton Senna; Garamond, 1998.